



PROCESSO Nº: 25.969/2013 - B

APENSO Nº: 053.000.942/1995 (3 volumes), 010.001.200/2006 (1 volume), 053.001.111/1995 (1 volume), 053.001.110/1995 (1 volume), 053.001.116/1995 (1 volume).

JURISDICIONADAS: Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF

ASSUNTO: Tomada de contas especial – TCE

EMENTA: TCE instaurada para apurar a existência de irregularidades e possíveis danos causados ao Erário decorrentes de obras contratadas pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, a partir do exercício de 1995. Convite nº 39/1995. Construção de 8 galpões e mais 600 m² de laje “PI”. Relatório técnico. Irregularidades. Inexistência da construção de 4 (quatro) galpões. Dano ao erário. Decisão n.º 755/2014 - citação. Alegações de defesa apresentadas. Unidade técnica pela procedência de uns e improcedência de outros, cientificação, possível iliquidação das contas e determinações. Parecer parcialmente convergente do Ministério Público, pela cientificação, aplicação de multa e inabilitação dos responsáveis. **Voto parcialmente convergente ao Corpo Técnico**, contas iliquidáveis e arquivamento dos autos.

RELATÓRIO

Tratam os autos da tomada de contas especial instaurada em atendimento à alínea “d” da Decisão nº 8543/1998¹, retificada pelo item VI da Decisão nº 139/2002² e reiterada pelo item VI da Decisão nº 3343/2004³, para apurar a existência

¹ O Tribunal decidiu acolher o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: (...) d) nos termos do art. 46 da Lei Complementar nº 1/94, ordenar a conversão dos autos em TCE, a ser conduzida pela Secretaria de Fazenda e Planejamento, órgão central de controle interno, para apurar as irregularidades e possíveis danos causados ao erário decorrentes de todas as obras contratadas e construídas pelo CBMDF a partir do exercício de 1995; (...)

² O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: (...)VI - dar provimento ao Pedido de Reconsideração dos termos da alínea "d", da Decisão nº 8.543/98 (obras inacabadas ou mal executadas) interposto pela Secretaria de Fazenda e Planejamento, determinando que a TCE a que se refere a mencionada alínea tenha sua instauração a cargo da Secretaria de Segurança Pública;

³ O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: (...) VI) remeter ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, em vista do posicionamento adotado na Decisão nº 3685/02, exarada no Processo nº 960/00, a incumbência de instaurar a tomada de contas especial determinada no item VI da



de irregularidades e possíveis danos causados ao Erário, decorrentes de obras contratadas pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, a partir do exercício de 1995.

Neste caso, o presente processo refere-se ao Convite nº 39/1995 para a construção 8 galpões e mais 600 m² de laje “PI” (fls. 5-15*), orçados no total de R\$ 132.900,00 (fl. 3*). Os serviços foram adjudicados à empresa PRELUZ ÉDER RIBEIRO, no valor total de R\$ 130.043,00 (fl. 36*).

Na Sessão Ordinária de 18/02/2014, esta Corte de Contas prolatou a seguinte deliberação (Decisão n.º 755/2014), fl.45:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. tomar conhecimento da tomada de contas especial objeto do Processos n.º 053.000.942/1995; II. ordenar, nos termos do art. 13, II, da LC n.º 1/1994, a citação dos nominados nos §§ 18 e 19 da instrução para que apresentem, no prazo de 30 (trinta) dias, alegações de defesa, sob pena de imputação solidária do débito, ou recolham aos cofres públicos o valor total do repasse de R\$ 144.726,38, atualizado em 13.02.2014 (fl.33), em razão da não execução dos 4 (quatro) galpões objetos do Convite CBMDF n.º 39/1995 e da omissão na fiscalização desse contrato e atesto de serviços inexistentes, podendo ser julgadas suas contas irregulares, nos termos do art. 17, III, alíneas “b” e “c”, c/c o art. 20 da LC n.º 1/1994, e aplicada a multa prevista no art. 56 dessa Lei; III. alertar os nomeados no § 19 da instrução de que os fatos objeto desses autos poderão ensejar-lhes a penalidade disposta no art. 60 da LC n.º 1/1994; IV. autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Contas, para as providências de sua alçada.

Em atenção à citação contida nesse *decisum*, compareceram aos autos os Srs. Eder Ribeiro – representante da empresa Preluz Éder Ribeiro (fls. 55/68), Antônio Joaquim de Souza (fls. 72/76), Roberto Ribeiro Castelo Branco Cajueiro (fls. 86/87), Olímpio Oliveira de Souza (fls. 92/104), Waltercides Pereira de Araújo (fls. 105/141) e Edson Cesar (fls. 142/150).

O Corpo Técnico, por meio da Informação n.º 77/2015 – SECONT/2ªDICONTE (fls. 163/180), analisou as alegações de defesa encaminhadas e, entre outras propostas, sugeriu:



DEFESAS

PRELUZ ÉDER RIBEIRO (fls. 55-68 e anexos de fls. 69-71)

Argumento

6. *Preliminarmente, o defendente alega violação aos princípios do contraditório e da ampla defesa, uma vez que o processo se refere a fatos ocorridos há cerca de 19 (dezenove) anos.*

7. *Aduz que face ao longo tempo decorrido, torna-se quase impossível reunir a documentação necessária à apresentação da defesa, além da própria deterioração natural da obra e as modificações realizadas posteriormente, bem como a alteração da destinação inicial, inclusive da nomenclatura.*

8. *Ressalta que ao tempo dos fatos era possuidor de firma individual, que veio a ser desativada, e a documentação da empresa somente foi conservada pelo prazo legal de 5 (cinco) anos.*

9. *Alega, ainda, a decadência, com a consequente extinção do feito. Cita precedentes judiciais às fls. 60-63.*

Análise

10. *Embora o lapso temporal possa dificultar a apresentação de alguns documentos, neste caso, a prova do integral cumprimento do objeto da licitação poderia ter ocorrido com a localização das obras previstas no certame.*

11. *A irregularidade aqui apontada é a não construção de 4 (quatro) galpões que serviriam ao Corpo de Bombeiro Militar do DF. Desta forma, apesar do tempo decorrido entre as apurações e a época da licitação, se os galpões tivessem efetivamente sido edificadas ainda existiriam, como muitos outros galpões à época. Não se está a cobrar fatos que pudessem ter se perdido com o tempo, mas a existência de uma edificação, que, caso tivesse sido demolida, estaria registrada, como já ocorreu em outro processo.*

12. *Assim, a prova da regularidade da licitação se daria com a indicação certa da localização dos galpões que não foram encontradas pela Comissão Tomadora, apesar das visitas in loco a todos os quartéis do CBMDF.*

13. *Com relação à alegada prescrição/decadência, a jurisprudência mais recente dos Tribunais Superiores (STJ e STF) é remansosa em afirmar a imprescritibilidade das ações de ressarcimento:*

STF

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE RESSARCIMENTO DE DANO AO ERÁRIO. ART. 37, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. IMPRESCRITIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL PRESUMIDA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. A repercussão geral é presumida quando o recurso versar questão cuja repercussão já houver sido reconhecida pelo Tribunal ou quando impugnar



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Fls.: 204

Proc.: 25969/13

GLC

decisão contrária a súmula ou a jurisprudência dominante desta Corte (artigo 323, § 1º, do RISTF).

2. O Pleno do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do MS 26.210, Relator o Ministro Ricardo Lewandowski, DJ de 10.10.08, fixou entendimento no sentido da imprescritibilidade da ação de ressarcimento de dano ao erário.

3. In casu, o acórdão originariamente recorrido assentou: “AGRAVO. DECISÃO PROFERIDA EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 557, CAPUT, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PRETENSÃO RESSARCITÓRIA. IMPRESCRITIBILIDADE. 1. Matéria possível de ser julgada por meio de decisão monocrática, na forma do art. 557 do Código de Processo Civil, haja vista a manifesta improcedência da pretensão recursal. 2. A pretensão ressarcitória é imprescritível, nos termos do que dispõe o art. 37, §5º, da constituição federal. Precedentes dos tribunais. RECURSO DESPROVIDO.’

4. Agravo regimental desprovido.

(AI 848482 AgR, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 27/11/2012, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-035 DIVULG 21-02-2013 PUBLIC 22-02-2013)

STJ

“PROCESSUAL E ADMINISTRATIVO. DANO AO ERÁRIO. IMPRESCRITIBILIDADE. SÚMULA 126/STJ.

1. Incide a Súmula 126/STJ, ante a não interposição de recurso extraordinário contra acórdão fundado em matéria constitucional.

2. É imprescritível a ação civil pública que visa o ressarcimento ao erário, nos termos do artigo 37, § 5º, da CF e da jurisprudência desta Corte. Precedentes.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 25.522/MG, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/03/2012, DJe 28/03/2012)”

“CONSTITUCIONAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. CONTRATO. SERVIÇOS DE MÃO-DE-OBRA SEM LICITAÇÃO. RESSARCIMENTO DE DANOS AO ERÁRIO. ART. 37, § 5º, DA CF. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. 1. As ações que visam ao ressarcimento do erário são imprescritíveis (artigo 37, parágrafo 5º, in fine, da CF). Precedentes. 2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AI 712435 AgR, Relator(a): Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 13/03/2012, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-071 DIVULG 11-04-2012 PUBLIC 12-04-2012 RT v. 101, n. 921, 2012, p. 670-674)”



14. Assim, não ocorre a prescrição quanto às apurações de prejuízos ao erário e seus respectivos ressarcimentos. Portanto, não merecem guarida as alegações.

Argumento

15. Destaca que a TCE é irregular, insubsistente e sem motivação idônea e pertinente.

16. Coloca o defendente que as supostas inconsistências relatadas se deram única e exclusivamente por determinação do comando da contratante que, por vezes, alterou as especificações contidas na licitação.

17. Informa que os galpões foram edificadas pelo defendente e, em razão do lapso temporal, não conseguiu localizar os documentos relativos às obras. Todavia, em verificação in loco, foram localizadas as obras nos seguintes endereços:

a) 3º item: edificado como Posto de Atendimento Médico nº 2, localizado no Gama-DF, medindo 12x30x4m;

b) 4º item: edificado como CBMDF, Taguatinga, Pistão Sul, medindo 12x35x4m;

c) 7º item: edificado como CBMDF, São Sebastião, Brigada, medindo 12x20x4m;

d) 8º item: edificado como Centro de Treinamento Operacional, Bloco 2, QG Policlínica, medindo 12x35x4m.

18. Requer a conversão do julgamento em diligência para a verificação dos galpões indicados com o reconhecimento de que não houve prejuízo ao erário uma vez que as obras foram entregues.

19. Ao final, pede o acolhimento da preliminar para a Corte declarar a nulidade dos atos processuais e arquivar o feito e, alternativamente, o reconhecimento da decadência, ou ainda, a conversão do julgamento em diligência para comprovação de que os galpões foram edificados.

Análise

20. Não há se falar em irregularidade ou ilegalidade na presente TCE. O art. 9º da LC nº 1/1994 é claro ao determinar que diante da prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao Erário, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deverá imediatamente adotar providências, com vista à instauração de tomada de contas especial, para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano. O art. 1º da Resolução nº 102/1998 repete esse comando. Isto é, ao se verificar a inexistência de obras que deveriam ter sido realizadas, a Administração instaurou a competente TCE para apurar o prejuízo ao erário.

21. Quanto a possíveis alterações determinadas pelo Comando do CBMDF, se existiram, padeceram de ilegalidade, uma vez que o objeto da licitação deveria ter sido cumprido na íntegra e qualquer alteração a ser requerida deveria ter sido registrada e verificada sua legalidade, devendo



constar nos autos do respectivo processo licitatório. Porém, nenhum fato foi registrado.

22. *No que concerne à diligência requerida, entendemos como impertinente ao caso. As 2 (duas) edificações indicadas (alíneas “b” e “d” do § 17 desta Instrução, medindo 12x35x4m) possuem dimensões diferentes das indicadas como não construídas (12x30x4m). Se este argumento pudesse ser aceito, poderia haver a simples indicação de qualquer galpão do CBMDF como o entregue, uma vez que vários foram os galpões construídos à época por diversas empresas e com medidas iguais.*

23. *As outras 2(duas) indicações (alíneas “a” e “c” do § 17 desta Instrução), apesar de terem medidas compatíveis com as das obras não executadas também não podem ser apontadas como os galpões não construídos. Da leitura do Relatório Técnico da Assessora Técnica da CTCE, Arquiteta Marclivana Rolla Martins Pinto, após vistoria aos locais de construção dos galpões, esta informou, às fls. 231-237 do Processo nº 053.000.420/1996 – Processo nº 16.612/2012 (Convite nº 35/1996 para a contratação de serviços de construção de 6 (seis) galpões pela empresa DND Comércio e Representações Ltda.) a localização das seguintes obras:*

- 4º item/Objeto - 01 Galpão para utilização como Quartel de São Sebastião, com 240,00m² de área; fundação com 136ml; reboco - 280,00m²; massa corrida - 280,00m²; Pintura 280,00m², 2 banheiros completos; instalação elétrica; instalação hidráulica; contrapiso -240,00m² e alvenaria - 470,00m².*

ü Em vistoria ao local constatou-se a existência de uma edificação onde funciona atualmente a Brigada Mirim, em estrutura pré-moldada, medindo 12,00 x 20,00, perfazendo uma área de 240,00m², com a existência de 2 banheiros completos, reboco, alvenaria e pintura, conforme especificações contidas na licitação.

ü O servidor destacado para acompanhar a vistoria, Sargento Joelson, mat.140.240-9, informou que a edificação também passou por reforma completa entre 2004/2005.

...

- 6º item/Objeto - 01 Galpão para utilização como Ambulatório, no Gama com 360,00m² de área; fundação com 160ml; reboco - 290,00m²; massa corrida - 580,00m²; Pintura 580,00m², 2 banheiros completos; instalação elétrica; instalação hidráulica; contrapiso - 360,00m² e alvenaria - 290,00m².*

ü Em vistoria ao local constatou-se a existência de uma edificação onde funciona atualmente o Galpão do Hidrante e que na época da licitação, 1996, funcionava como ambulatório do Gama. A edificação é em estrutura pré-moldada, medindo 30,00 x 12,00, perfazendo uma área de 360,00m², com a existência de 2 banheiros completos, reboco, alvenaria e pintura, conforme especificações contidas na licitação.

ü O servidor destacado para acompanhar a vistoria, Sargento Lindomar Araujo, informou que a edificação foi utilizada como ambulatório, depois Posto médico em 25/06/99 e posteriormente, como Galpão do Hidrante. Com



relação ao galpão do hidrante foi dito que em 1996, época da licitação, tal departamento funcionava no Setor Policial, no Plano Piloto.

24. *Assim, os dois galpões indicados pelo defendente foram construídos por outra empresa e se relacionaram a outra licitação, não demonstrando assim que pudessem ser as edificações não construídas.*

25. *Destaque-se a Comissão Tomadora procedeu à verificação in loco de todas as obras direcionadas ao CBMDF, bem como à solicitação de localização pela Corporação desses imóveis, não tendo sido localizados os referidos galpões.*

26. *Insta observar que se a possibilidade aventada pelo defendente de proceder à diligência ser acatada, entendemos que essa medida acabará por incorrer em custos superiores ao dano aqui apurado, bem como a demora no término deste e de vários outros processos que tratam da matéria.*

27. *Isto porque, ao se proceder a essa diligência, os trabalhos de verificação in loco do Controle Interno terão que ser revistos, uma vez que diante da quantidade de obras contratadas à época e da falta de detalhamento dos editais, pode ter havido a indicação de uma mesma obra como realizada por diversas empresas.*

28. *Não há nos autos qualquer elemento que macule os trabalhos realizados em campo pela Comissão Tomadora e que seja capaz de justificar a sua revisão.*

29. *Assim, improcedem os argumentos trazidos, bem como a solicitação de diligência.*

ANTÔNIO JOAQUIM DE SOUZA (fls. 72-73 e anexo de fls. 74-76)

Argumento

30. *Inicialmente, informa que foi nomeado para compor a comissão de recebimento definitivo das obras e serviços realizados na Corporação nos anos de 1995 e 1996, no período de 21.8.1996 a 31.10.1996.*

31. *Aduz que todos galpões recebidos pelo defendente foram efetivamente construídos, não tendo conhecimento da não execução de galpões objeto do convite.*

Análise

32. *Temos por acatar a justificativa trazida em relação a estes autos, uma vez que à fl. 50* (Portaria de 21 de agosto de 1996) comprova-se que a nomeação do defendente para compor a comissão permanente de recebimento de obras e serviços do CBMDF se deu somente em 21.8.1996, ou seja, em período bem posterior ao atesto da execução dos serviços que ocorreram em 26.9.1995 (fls. 8-9 do Processo nº 053.001.116/1995), 25.9.1995 (fls. 3-4 do Processo nº 053.001.111/1995) e 21.9.1995 (fls. 4-5 do Processo nº 053.001.110/1995).*



33. *Desta forma, não poderá remanescer responsabilidade ao defendente, bem como aos demais membros da comissão, uma vez que à época não estavam designados para a função e não consta qualquer documento com aposição de assinaturas desses.*

34. *Nesse contexto, entendemos que este fato deverá ser aproveitado aos Srs. Edson César e Waltercides Pereira Araújo, de modo a eximi-los da responsabilidade inicialmente apontada, tendo em vista que foram nomeados na mesma data.*

35. *Pensamos que, diante dessa situação, seja desnecessária a análise dos outros pontos trazidos pelo Sr. Antônio Joaquim de Souza, assim como das defesas apresentadas pelos Srs. Edson Cesar (fls. 142-150) e Waltercides Pereira de Araújo (fls. 105-109 e anexos de fls. 110-141), uma vez que a questão temporal levantada é suficiente para elidir as responsabilidades atribuídas.*

ROBERTO RIBEIRO CASTELO BRANCO CAJUEIRO (fls. 86-87)

Argumento

36. *Inicialmente, o defendente transcreve o art. 21 do Decreto nº 16.036/1994, no qual seriam descritas as atribuições do cargo de Diretor de Apoio Logístico. Traz ainda o art. 73 da Lei nº 8.666/1993 que discorre sobre a fiscalização do contrato.*

37. *Aduz que se afastou das atividades da corporação no final de janeiro de 1996, sendo transferido para a reserva em 28.2.1996.*

38. *Ao final, informa que consta no processo o executor e a comissão designados para atestar o recebimento e a execução das obras, não cabendo responsabilização ao Diretor de Apoio Logístico pela não realização dos serviços e fiscalização, não havendo também tempo ao final da licitação para constatar qualquer vício, uma vez que foi afastado de suas atividades logo após.*

Análise

39. *Diferentemente do afirmado, nos termos do inciso IV do art. 21 do Decreto mencionado (fl. 152), inseria-se nas atribuições da Diretoria de Apoio Logístico a supervisão de obras, inobstante as funções do executor do contrato e da comissão de recebimento definitivo.*

40. *Outra competência da Diretoria era a de coordenar as atividades do Centro de Manutenção do CBMDF (inciso VIII do dispositivo supra mencionado). E, dentre as atribuições do Centro de Manutenção, estava a de elaborar cronograma físico e acompanhar a execução de obras (art. 34, V, do Decreto nº 16.636/1994, fl. 153). Ou seja, remanesce responsabilidade na medida em que as falhas decorreram de unidade subordinada à Diretoria de Apoio Logístico.*

41. *Observa-se ainda que o art. 51, I, do Decreto nº 16.636/1994, dispunha que cabia ao Diretor de Apoio Logístico controlar e fiscalizar as atividades da*



diretoria e de seus órgãos de apoio subordinados, assegurando o cumprimento de seus objetivos.

42. *Deste modo, fica patente que competia ao Diretor de Apoio Logístico também a supervisão e a fiscalização das obras. Neste caso, a omissão do defendente no cumprimento das suas obrigações concorreu para a ocorrência do prejuízo, bem como de seus subordinados pelo controle e fiscalização das obras, tanto é assim que foram chamados solidariamente para apresentar justificativas.*

43. *Ressalta-se também que na presente licitação não houve o detalhamento suficiente no convite para que pudesse ser determinada a localização das obras a serem realizadas, o que reforça a omissão do responsável pela licitação. Essa falha, em muito contribuiu para as dificuldades de localização das obras e fiscalização do Controle Interno.*

44. *Ademais, cabia também ao defendente, como Diretor de Apoio Logístico, a fiscalização sobre o efetivo cumprimento dos termos do Convite nº 39/1995, o que não ocorreu.*

45. *Assim, demonstrado que tanto o executor do contrato, quanto o Diretor de Apoio Logístico, se quedaram inertes quanto à efetiva fiscalização das obras, sendo lhes atribuída responsabilidade solidária pelo prejuízo ao erário, juntamente com a empresa contratada.*

46. *Nesse contexto, improcedem as justificativas apresentadas.*

OLÍMPIO OLIVEIRA DE SOUZA (fls. 92-100 e anexos de fls. 101-104)

Argumento

47. *Preliminarmente, aponta a prescrição.*

48. *Aduz não ter sido notificado ou citado nos processos administrativos com afronta à ampla defesa e ao contraditório, requerendo a nulidade da TCE.*

Análise

49. *Como já afirmado nos §§ 13-14 desta Instrução, não ocorre a prescrição quanto às apurações de prejuízos ao erário e seus respectivos ressarcimentos.*

50. *Em relação à falta de notificação/citação, conforme se verifica do Ofício nº 86/2011-SEEXP/DINAP (fl. 298*), o CBMDF notificou o defendente, por meio do Mandado de Notificação anexado à fl. 299*, para se manifestar junto à Comissão Tomadora quanto aos fatos apurados. Tanto é assim que o defendente, por meio de procurador legal, apresentou, às fls. 445-449*, defesa escrita.*

51. *Ainda que não tivesse sido ouvido na fase interna da TCE, este fato por si só não seria suficiente para declarar a nulidade do processo, uma vez que o contraditório e a ampla defesa são oportunizados perante o Tribunal de Contas.*



52. *A exemplo, transcrevemos abaixo a análise efetuada pela Unidade Técnica do TCU que foi acolhida pelo Acórdão TCU nº 2240/2012 – Plenário, pontuando muito bem essa questão:*

Em relação à alegação contida na alínea 'a', o recorrente argui que houve nulidade no processo em razão da ausência de contraditório junto ao órgão instaurador, na denominada fase interna da tomada de contas especial.

Existe distinção entre fase interna e fase externa de uma tomada de contas especial. Na fase interna, aquela promovida no âmbito do órgão público em que os fatos ocorreram, não há litígio ou acusação, mas apenas verificação de fatos e apuração de autoria. Constitui procedimento inquisitório de coleta de provas assemelhado ao inquérito policial, no qual não se tem uma relação processual constituída nem há prejuízo ao responsável. O estabelecimento do contraditório nessa fase não é obrigatório, pois há mero ato investigatório sem formalização de culpa. Como não existem partes nem antagonismos de interesse nessa fase, a ausência de citação ou de oportunidade de contradição dos documentos juntados não enseja nulidade.

A garantia ao direito à ampla defesa e ao contraditório se dá, nos termos do devido processo legal, na fase externa da tomada de contas especial, que se inicia com a autuação do processo junto a este Tribunal e finda com o julgamento. Esse é o entendimento desta Corte de Contas, conforme consignado nos Acórdãos 1.540/2009-1ª Câmara, 2.329/2006-2ª Câmara e 2.647/2007-Plenário.

53. *Deste modo, não merecem guarida os argumentos trazidos*

Argumento

54. *Em relação à possibilidade de aplicação de multa, ressalta o defendente que enquanto detentor de função pública não se furtou a realizar as suas obrigações legais.*

55. *Alega que não consegue se vislumbrar nos autos: a) nexo de causalidade entre a conduta e o fato descritivo; b) conduta culposa ou, ao menos, contribuição para a ocorrência; c) que a simples falta de controle ou a existência de falhas em rotinas de serviço justificassem a aplicação de multa.*

Análise

56. *Ficou devidamente demonstrado o nexo de causalidade entre a conduta do defendente e o prejuízo ao erário.*

57. *O defendente atestou em 26.9.1995 (fls. 8-9 do Processo nº 053.001.116/1995), 25.9.1995 (fls. 3-4 do Processo nº 053.001.111/1995) e 21.9.1995 (fls. 4-5 do Processo nº 053.001.110/1995) a execução total das obras licitadas por meio do Convite nº 39/1995. Todavia, quatro dos galpões que deveriam ter sido executados não foram localizados. Assim, fica evidente a sua responsabilidade pelo atesto de obras não realizadas.*

58. *A conduta do defendente está consubstanciada nos atestos de execução do contrato, bem como no recebimento definitivo das obras, sendo que quatro delas não foram localizadas, indicando a não realização desses serviços.*



59. *Observa-se ainda a falta de segregação de funções, uma vez que o próprio executor do contrato (fls. 3-4 do Processo nº 053.001.111/1995 e fls. 3-4 do Processo nº 053.001.116/1995), Sr. Olímpio Oliveira de Souza, é quem fez o recebimento definitivo das obras (fl. 8 do Processo nº 053.001.111/1995 e fl. 8 do Processo nº 053.001.116/1995), contrariando o princípio da segregação de funções, princípio fundamental para o sistema de controle.*

60. *Desta forma, as justificativas trazidas não socorrem o defendente.*

Argumento

61. *Coloca ainda em relação às obras apontadas como não realizadas que o defendente buscou junto ao CBMDF esclarecimentos, anexando o Ofício nº 10/2014-CESMA/DIMAT/DEALF (fls. 101-104) no qual indicou uma presumida localização das obras, abaixo transcrita:*

a. *"3 Item/Objeto – 01 Galpão pré-moldado medindo 12,00 x 30,00 x 4,00 m coberto com telhas Eternit espessura 5 mm": presume-se que seja o que atualmente abriga a Seção de Hidrantes da Diretoria de Vistorias do Departamento de Segurança Contra Incêndio, localizado na área do 16º Grupamento de Segurança Contra Incêndio do Gama;*

b. *"4º Item/Objeto - Galpão pré-moldado medindo 12,00 x 30,00 x 4,00 m coberto com telhas Eternit espessura 5 mm": presume-se que seja o que atualmente abriga a Seção de Identificação da Diretoria de Gestão de Pessoal do Departamento de Recursos Humanos, juntamente com o Núcleo de Custódia da Controladoria do CBMDF localizado na QS 05, Águas Claras, às margens do Pistão Sul de Taguatinga;*

c. *"7º Item/Objeto - Galpão pré-moldado medindo 12,00 x 20,00 x 4,00 m coberto com telhas Eternit espessura 5 mm": presume-se que seja o que atualmente abriga a Brigada Mirim da Assessoria de Projetos Sociais do Comando Geral, localizado na área do 17º Grupamento de Bombeiro Militar de São Sebastião;*

d. *"8º Item/Objeto - Galpão pré-moldado medindo 12,00 x 20,00 x 4,00 m coberto com telhas Eternit espessura 5 mm": presume-se que seja a edificação que abriga os depósitos do Centro Técnico Operacional da Diretoria de Ensino do Departamento de Ensino, Pesquisa, Ciência e Tecnologia, localizado no Complexo da Academia de Bombeiro Militar, localizada no Setor Policial Sul Lote 03, área Especial – Asa Sul*

62. *Aduz a incompetência dos militares que prestaram informações nesta TCE.*

63. *Ao final, requer o acolhimento das preliminares e, se superadas, que o feito seja convertido em diligência para a verificação dos galpões apontados como existentes.*

Análise

64. *Apesar da diligência efetuada pelo defendente, com a apresentação de informações prestadas pelo Centro de Manutenção do CBMDF, temos por considerar que estas informações não regularizam a questão, uma vez que baseadas na presunção de que aquelas é que seriam as obras contratadas.*



65. *Insta observar que à época várias foram as contratações para construções de galpões e muitos deles com medidas idênticas (fls. 156-162), podendo assim, serem indicadas várias localizações possíveis, uma vez que as características atenderiam ao procurado.*

66. *Como afirmado nos §§ 22-28 desta Informação, o Processo nº 053.000.420/1996 (Processo nº 16.612/2012) informa a construção de 2 (dois) dos galpões aqui indicados como edificadas por meio de outro certame e por outra empresa (os itens apontados pelo defendente nas letras “a” e “c” foram indicados em outro processo, conforme elencado no § 23 desta Instrução).*

67. *Ressalta-se que o Processo nº 37162/2009 tratou da apuração de prejuízos ao erário relativamente a obras do CBMDF referentes ao Galpão do Centro de Treinamento Operacional – CTO da Academia de Bombeiro Militar – ABM (Convite nº 36/1997), no qual foi verificada a construção daquele galpão. Assim, a letra “d” indicada no § 61 desta Instrução já teria sido indicada como realizada por outro procedimento licitatório.*

68. *Diante dessas questões e da diversidade de processos tratando a matéria, os fatos indicam que o galpão indicado no item “b” do § 61, retro, esteja também abarcado por outro procedimento.*

69. *Não trouxe o defendente qualquer documento ou prova que pudesse desabonar o trabalho realizado pela Comissão Tomadora que, diante das várias dificuldades encontradas, verificou todas as obras, no sentido da localização, indicando, diante dos elementos coligidos, aquelas que não foram encontradas.*

70. *Cabe destacar que a Comissão Tomadora, à época, solicitou da Corporação a identificação de várias obras que deveriam ter sido realizadas no ano de 1995 e seguintes (fls. 342-355*), tendo a Corporação, por meio do Ofício nº 61/2012 – DIMAT (fl. 337*), encaminhado o Memorando nº 37/2012-SEAPA/DIMAT (fls. 338-340), no qual apontou, em relação ao Convite nº 39/1995, objeto da presente análise, somente a localização da obra “laje PI com 20 cm – 600 m² no Colégio Militar D. Pedro II – Complexo da ABMIL.*

71. *Assim, a diligência solicitada pelo defendente já havia sido ultimada e, em maior detalhamento, tendo em vista que foram solicitadas de diversas obras, com vistas a que não houvesse a indicação equivocada da localização de um mesmo galpão para licitações distintas. Mostra-se ainda que a CTCE não baseou os seus trabalhos nos testemunhos colhidos, apenas eles serviram para aprofundar as apurações. As conclusões ali apresentadas decorreram das investigações in loco.*

72. *Diante do exposto, temos por considerar improcedentes as justificativas apresentadas, bem como desnecessária a realização de diligências.*

73. *Entretanto, cabe destacar que o Tribunal, em processos similares, que tratam de outras obras realizadas na mesma época pelo CBMDF (Processos nºs 20.134/2013, 30.237/2013, 33.210/2013 e 20.134/2013), nas Decisões nºs 1546/2014, 1744/2014 e 1948/2014, considerou as contas ilíquidáveis, diante da dificuldade de se comprovar ou até mesmo quantificar o dano.*



74. *Nesse contexto, caso a Corte de Contas entenda pela aplicação desses precedentes, entendemos que deva deliberar, com fulcro no art. 57, II, da LC nº 1/1994, sobre a aplicação de multa aos Srs. Roberto Ribeiro Castelo Branco Cajueiro e Olímpio Oliveira de Souza, diante da infringência da Lei de Licitações, especificamente, quanto a ausência de projeto básico e de detalhamento suficiente da obra (a que se destinaria, localização etc.), o que ocasionou as dificuldades encontradas nos presentes autos para se certificar a construção ou não das obras/serviços objeto desta TCE, conforme análise efetuada.*

CONCLUSÃO

75. *No que concerne à defesa apresentada pelo Sr. Antônio Joaquim de Souza (fls. 72-73 e anexo de fls. 74-76), pensamos que o Tribunal deva considerá-la procedente, conforme análise efetuada nos §§ 32-33 desta Informação, bem como estender os seus efeitos aos Srs. Waltercides Pereira de Araújo (fls. 105-109 e anexos de fls. 110-141) e Edson Cesar (fls. 142-150), nos termos enunciados no § 34 desta Instrução.*

76. *Quanto à defesa apresentada pela empresa Preluz Éder Ribeiro (na pessoa do seu representante legal, às fls. 55-68 e anexos de fls. 69-71) e pelos Srs. Roberto Ribeiro Castelo Branco Cajueiro (fls. 86-87) e Olímpio Oliveira de Souza (fls. 92-100 e anexos de fls. 101-104), entendemos que a Corte de Contas deve, no mérito, considerá-las improcedentes, conforme explanado nos §§ 6-29 e 36-72 acima.*

77. *Assim, deve o Tribunal, nos termos do art. 13, § 1º, da Lei Complementar nº 1/1994, determinar que se proceda à cientificação da empresa Preluz Éder Ribeiro (na pessoa do seu representante legal) e dos Srs. Roberto Ribeiro Castelo Branco Cajueiro e Olímpio Oliveira de Souza para recolherem, solidariamente, aos cofres do Distrito Federal, o valor de R\$ 153.887,56 (fl. 155), que deverá ser atualizado até a data do efetivo pagamento. Deve, ainda, a Corte deliberar sobre a aplicação aos responsáveis das penalidades dispostas nos arts. 56 e 60 da LC nº 1/1994, diante da irregularidade apresentada.*

78. *Caso o Tribunal considere as contas iliquidáveis, conforme análise nos §§ 73-74 desta Informação, delibere, com fulcro no art. 57, II, da LC nº 1/1994, sobre: a) a aplicação de multa aos Srs. Roberto Ribeiro Castelo Branco Cajueiro e Olímpio Oliveira de Souza, diante da infringência da Lei de Licitações, especificamente, quanto a ausência de projeto básico e de detalhamento suficiente da obra (a que se destinaria, localização etc.), o que ocasionou as dificuldades encontradas nos presentes autos para se certificar a construção ou não das obras/serviços objeto desta TCE, conforme análise efetuada; b) a aplicação da penalidade prevista no art. 60 da LC nº 1/1994.*

79. *Entendemos, ainda, com esteio no precedente da Decisão nº 5593/2014, que deva a Corte de Contas determinar à Controladoria Geral do Distrito Federal que adote providências com vistas à instauração de processo administrativo para a aplicação da sanção prevista no inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93 à empresa Preluz Éder Ribeiro (CNPJ nº 03.311.743/0002-*



51), assegurando aos interessados o contraditório e a ampla defesa e dando conhecimento ao Tribunal, em sessenta dias, das providências efetivamente adotadas.

O Ministério Público, por meio do Parecer nº 379/2015 - ML (fls. 181/200), concordou parcialmente com as sugestões alvitradas pelo Corpo Técnico, opinando pela cientificação da sociedade empresária Preluz Éder Ribeiro e dos Srs. Roberto Ribeiro Castelo Branco Cajueiro e Olímpio Oliveira de Souza, para, no prazo de 30 dias, recolherem, em solidariedade, o débito apurado nos autos, no valor de R\$ 153.887,56, que deverá ser atualizado na data do efetivo pagamento, bem como pela aplicação da sanção especificada no art. 57, II e III, e 60 da LC nº 1/1994 aos mencionados agentes públicos.

É o relatório.

VOTO

Tratam os autos de TCE para apurar irregularidades na contratação e execução do contrato decorrente do Convite nº 39/1995.

O Corpo Técnico, ao analisar as alegações apresentadas manifestou-se pela procedência das defesas dos Srs. Antônio Joaquim de Souza, Waltercides Pereira de Araújo e Edson Cesar, pela improcedência das defesas de Preluz Éder Ribeiro e dos Srs. Roberto Ribeiro Castelo Branco Cajueiro e Olímpio Oliveira de Souza.

Nesta esteira, recomendou a cientificação da empresa Preluz Éder Ribeiro (na pessoa do seu representante legal) e dos Srs. Roberto Ribeiro Castelo Branco Cajueiro e Olímpio Oliveira de Souza para recolherem, solidariamente, aos cofres do Distrito Federal, o valor de R\$ 153.887,56 (fl. 155), e, ainda, sobre a deliberação para aplicação aos responsáveis das penalidades dispostas nos arts. 56 e 60 da LC nº 1/1994, diante da irregularidade apresentada.



O Ministério Público aquiesceu a essas sugestões alvitadas pelo órgão instrutivo.

O Corpo Técnico ponderou ainda quanto à consideração dessas contas como iliquidáveis, diante da dificuldade de se comprovar ou até mesmo quantificar o dano. Posicionamento ao qual coaduno.

As construções dos galpões foram realizadas há cerca de 20 anos, depois de tal interstício temporal, torna-se dificultosa a apresentação de provas documentais, portanto enfraquece o exercício do contraditório e ampla defesa. Nesta esteira, não há que se falar em aplicação de multas aos Srs. Roberto Ribeiro Castelo Branco Cajueiro e Olímpio Oliveira de Souza.

Tal ideia é reforçada pelo idêntico tratamento dado por esta Corte a outros processos que tratam de obras semelhantes realizadas na mesma época pelo CBMDF (Processos n°s 20.134/2013, 30.237/2013, 33.210/2013 e 20.134/2013), por meio das Decisões n°s 1546/2014, 1744/2014 e 1948/2014, que consideraram as contas iliquidáveis, diante da dificuldade de se comprovar ou até mesmo quantificar o dano.

Quanto à sugestão de instauração de processo administrativo, deixo de acolhê-la por entender que já houve prescrição punitiva da ação disciplinar.

Pelo exposto, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

I. tome conhecimento:

- a) das alegações de defesa apresentadas pela empresa Preluz Éder Ribeiro (na pessoa do seu representante legal, às fls. 55/68 e anexos de fls. 69/71), e pelos Srs. Antônio Joaquim de Souza (fls. 72/73 e anexo de fls. 74/76), Roberto Ribeiro Castelo Branco Cajueiro (fls. 86/87), Olímpio Oliveira de Souza (fls. 92/100 e anexos de fls. 101/104), Waltercides Pereira de Araújo (fls. 105/109 e anexos de fls. 110/141) e Edson Cesar (fls. 142-150), para considera-las, no mérito, parcialmente procedentes;
- b) da Informação n° 77/2015 – SECONT /2ªDICONTE (fls.163/180);



- c) do Parecer nº 379/2015-ML (fls. 181/200);
- II. diante da impossibilidade de quantificar o prejuízo ocorrido, considere iliquidáveis as presentes contas, ordenando o seu trancamento, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, 21 e 22 da Lei Complementar nº 01/1994;
- III. em consequência, autorize:
 - a) a devolução dos apensos ao Corpo de Bombeiros Militar do DF;
 - b) o retorno dos autos à Secretaria de Contas para adoção das providências de praxe e arquivamento.

Sala das Sessões, 26 de janeiro de 2016.

PAULO TADEU
Conselheiro-Relator

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Fls.: 217

Proc.: 25969/13

GLC

ACÓRDÃO Nº ____/2016

Ementa: TCE instaurada para apurar a existência de irregularidades e possíveis danos causados ao Erário decorrentes de obras contratadas pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, a partir do exercício de 1995. Convite nº 39/1995. Construção de 8 galpões e mais 600 m² de laje “PI”. Impossibilidade de quantificar o prejuízo ocorrido e de apontar os responsáveis pelo dano. Contas iliquidáveis. Trancamento.

Processo: TCDF nº: 25969/13

Aposos nºs: 53.000.942/1995 (3 Vol.), 10.001.200/2006 (1 Vol.), 53.001.111/1995 (1 Vol.), 53.001.110/1995 (1 Vol. 1), 53.001.116/1995 (1 Vol.)

Jurisdicionada: Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF

Relator: Conselheiro Paulo Tadeu

Representante do Ministério Público: Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima

Unidade Técnica: Secretaria de Contas – SECONT

Vistos, relatados e discutidos estes autos, considerando a dificuldade na quantificação do débito, identificação dos responsáveis e na apresentação de defesa por eventuais citados (mormente pelo lapso temporal decorrido do fato até a presente data), que tornaram materialmente impossível o julgamento de mérito das contas em exame, bem assim tendo em vista as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público, acordam os Conselheiros, nos termos do VOTO proferido pelo Relator, Paulo Tadeu Vale da Silva, com fundamento nos arts. 21 e 22, caput, ambos da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, considerar iliquidáveis as contas em apreço, determinando seu trancamento e consequente arquivamento.

ATA da Sessão Ordinária nº _____ de 2016

Presentes os Conselheiros: _____

Decisão tomada: por unanimidade/maioria, vencido(s) _____

Representante do MP presente: Procurador(a) _____

Presidente_____
Relator(a)**Fui presente:**_____
Representante do MP